



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1210

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 375, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.130.539.353,53	1.115.700.264,51	1.249.453.998,88	1.222.013.252,97	1.170.344.950,74	1.213.060.794,62	1.275.143.039,94	1.358.863.874,62	1.199.414.908,62	1.209.187.456,01	1.258.390.395,23	1.235.327.750,18	14.637.440.039,85	5.319.384,21	
Pessoal Ativo	616.390.734,31	611.500.914,66	656.315.814,81	645.438.589,18	638.833.015,33	690.091.599,66	717.676.729,57	806.420.223,94	676.014.318,42	689.346.279,53	723.916.652,10	680.689.509,97	8.152.634.381,48	795.841,66	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	526.026.286,28	525.311.934,08	563.983.980,08	553.764.697,26	550.333.764,09	596.943.978,03	621.617.721,17	699.663.290,66	585.701.225,76	592.005.852,08	630.085.440,71	589.561.939,51	7.035.000.109,71	793.652,38	
Obrigações Patronais	90.364.448,03	86.188.980,58	92.331.834,73	91.673.891,92	88.499.251,24	93.147.621,63	96.059.008,40	106.756.933,28	90.313.092,66	97.340.427,45	93.831.211,39	91.127.570,46	1.117.634.271,77	2.189,28	
Pessoal Inativo e Pensionistas	509.933.773,28	500.501.983,53	588.972.168,77	572.176.636,14	527.546.486,65	517.729.497,02	553.118.081,05	548.482.379,58	523.400.590,20	519.043.312,64	529.509.372,89	549.332.575,66	6.439.746.857,41	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	438.338.889,99	431.706.346,07	512.542.028,27	499.673.795,89	454.073.527,01	442.358.357,46	477.428.136,82	471.610.736,65	447.616.239,37	447.628.116,36	449.907.595,60	471.428.441,17	5.544.312.210,66	0,00	
Pensões	71.594.883,29	68.795.637,46	76.430.140,50	72.502.840,25	73.472.959,64	75.371.139,56	75.689.944,23	76.871.642,93	75.784.350,83	71.415.196,28	79.601.777,29	77.904.134,49	895.434.646,75	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.214.845,94	3.697.366,32	4.166.015,30	4.398.027,65	3.965.448,76	5.239.697,94	4.348.229,32	3.961.271,10	0,00	797.863,84	4.964.370,24	5.305.664,55	45.058.800,96	4.523.542,55	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	146.314.941,07	140.470.873,86	250.917.421,04	229.150.333,01	175.693.209,55	168.136.969,55	239.905.545,86	245.433.837,80	150.238.457,85	173.527.994,35	183.360.169,39	163.497.023,65	2.266.646.776,98	1.633,82	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.436.596,56	5.510.091,95	5.433.750,41	7.324.752,56	5.850.993,77	6.206.670,06	5.238.432,27	6.427.212,23	5.573.723,05	16.556.082,16	4.732.197,27	4.830.517,69	80.121.019,98	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	4.183.265,84	3.470.755,51	88.472.905,69	72.805.507,18	20.630.432,08	17.209.502,74	65.557.632,75	31.267.176,22	15.296.826,59	29.806.759,52	44.568.758,13	21.713.509,16	414.983.031,41	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração ²	-194.474,78	275,37	1.821,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.704.493,22	1.633,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ³	135.889.553,45	131.489.751,03	157.008.943,71	149.020.073,27	149.211.783,70	144.720.796,75	169.109.480,84	167.842.577,95	129.367.908,21	127.165.152,67	134.059.213,99	136.952.996,80	1.731.838.232,37	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	984.224.412,46	975.229.390,65	998.536.577,84	992.862.919,96	994.651.741,19	1.044.923.825,07	1.035.237.494,08	1.113.430.036,82	1.049.176.450,77	1.035.659.461,66	1.075.030.225,84	1.071.830.726,53	12.370.793.262,87	5.317.750,39	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													28.415.531.230,03	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) ⁴													11.220.000,00	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) ⁴													24.073.077,00	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													28.380.238.153,03	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													12.376.111.013,26	43,61%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													13.906.316.694,98	49,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													13.211.000.860,23	46,55%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													12.515.685.025,48	44,10%	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

^{1.a} Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados em 2020 o valor de R\$ 7.087.783,35, os quais foram somados às despesas com pessoal liquidadas na publicação do 3º quadrimestre de 2020. Em 2021 foram cancelados R\$ 1.768.399,14 destes Restos a Pagar.

^{1.b} Foram deduzidas da Despesa Bruta com Pessoal, nos meses de 2020, os valores arrecadados relativos ao Ressarcimento de Pessoal Cedido (naturezas de receitas 19239911xx e 79239911xx) nos respectivos meses de arrecadação. Na coluna relativa ao mês de dezembro foi excluído o valor total arrecadado no ano relativo ao ressarcimento de despesas fora do período de cômputo da despesa com pessoal, contabilizados na conta contábil 8.2.4.1.3.02.00 - Receita de Pessoal Cedido - exercícios anteriores, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Para o ano de 2021 o ressarcimento de despesas com pessoal cedido será deduzido apenas no final do exercício.

^{1.c} Inclusão das despesas com os Serventários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

^{1.d} Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59 - Pensões Especiais, referente as seguintes subações: 1039 - Pensão a ex-servidor não estável; 1052 - Pensão a ex-servidor que não contribui para a previdência/IPREV; 1054 - Pensão a viúvas de ex-parlamentares; 1055 - Pensão à família do policial morto no cumprimento do dever - Militar Especial; 1056 - Pagamento de pensão em função de decisão judicial; 1057 - Pensão às viúvas de Juizes de Paz; 1059 - Subsídio a ex-governadores de Estado e 1060 - Pensão às viúvas de ex-governadores.

^{1.e} No mês de abril de 2020 foram incluídas despesas não empenhadas referente à provisão de férias no valor de R\$ 11.548.766,61, conforme dados extraídos do relatório SIGEF Imprimir Arquivo Férias por Competência, os quais foram deduzidos no mês de agosto em virtude do empenhamento da despesa. Além disso foi incluído em 2020 R\$ 9.342.282,94 de despesas sem empenho referentes a valores retroativos devidos, conforme processo SEF 3495/2020. Deste total ainda somam na Despesa Bruta com Pessoal no 1º quadrimestre de 2021, R\$ 5.971.818,64. Não foram apresentados os valores na linha correspondente, pois nos demonstrativos publicados em 2020 a linha não existia.

^{1.f} Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPADESC - Fundo Financeiro.

² Na publicação do 1º e 2º quadrimestre são consideradas nesta linha apenas as despesas de exercícios anteriores identificadas no momento do empenho como fora do período de apuração (mês de referência e os onze anteriores). Esta identificação está em subelementos específicos. Na publicação do 3º quadrimestre foi considerado o total das despesas liquidadas no ano, visto que em dezembro de 2020, pode-se afirmar com certeza que todas as despesas de exercícios anteriores estão fora do período de apuração.

³ Referem-se as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS/SC.

⁴ Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada são obtidas por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada.

Florianópolis, 25 de maio de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	24.114.475.029,76	23.691.137.805,54		
Dívida Mobiliária	-	-		
Dívida Contratual	21.358.842.506,11	21.176.491.482,80		
Empréstimos	10.730.930.478,34	10.692.176.725,21		
Internos	7.427.800.239,23	7.332.968.441,07		
Externos	3.303.130.239,11	3.359.208.284,14		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.095.728.281,06	9.965.147.119,96		
Financiamentos	3.244.863,84	2.469.194,90		
Internos	3.244.863,84	2.469.194,90		
Externos	-	-		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	528.938.882,87	516.698.442,73		
De Tributos	-	-		
De Contribuições Previdenciárias	289.650.761,45	284.004.826,27		
De Demais Contribuições Sociais	239.288.121,42	232.693.616,46		
Do FGTS	-	-		
Com Instituição Não Financeira	-	-		
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.350.505.690,10	2.257.667.015,81		
Outras Dívidas	405.126.833,55	256.979.306,93		
DEDUÇÕES (II)	5.092.391.146,97	6.857.687.888,28		
Disponibilidade de Caixa ¹	4.816.501.665,08	6.547.322.433,37		
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.015.500.625,96	6.562.038.907,15		
(-) Restos a Pagar Processados	198.998.960,88	14.716.473,78		
Demais Haveres Financeiros	275.889.481,89	310.365.454,91		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	19.022.083.882,79	16.833.449.917,26		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.861.365.172,05	28.415.531.230,03		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	14.255.227,00	11.220.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.847.109.945,05	28.404.311.230,03		
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (II/VI)	89,82	83,41		
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	70,85	59,26		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	53.694.219.890,10	56.808.622.460,06		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	48.324.797.901,09	51.127.760.214,05		
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-		
PASSIVO ATUARIAL	217.828.735.208,02	217.828.735.208,02		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-		
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-		
RP NÃO PROCESSADOS	684.458.664,22	5.362.455,34		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	720.539.225,35	720.539.225,35		

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS:

¹ Na Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros foram excluídos os valores vinculados ao RPPS/SC. O RPPS/SC é regulamentado pela Lei Complementar estadual nº 412/2018, a qual regulamenta que a unidade gestora do RPPS é o IPREV (unidade gestora do SIGEF 470022) e constitui o Fundo Financeiro (unidade gestora do SIGEF 470076) como unidade orçamentária de sua unidade gestora, destinado ao pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, são excluídos os depósitos de terceiros, tais como cauções e fianças.

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

Florianópolis, 25 maio de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PALLO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) ¹	1.307.231.465,39	1.088.592.262,59		
Em Operações de Crédito Externas	1.124.075.659,48	905.069.996,00		
Em Operações de Crédito Internas	183.155.805,91	183.522.266,59		
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.307.231.465,39	1.088.592.262,59		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.861.365.172,05	28.415.531.230,03		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	14.255.227,00	11.220.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.847.109.945,05	28.404.311.230,03		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	4,87%	3,83%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%) sobre a RCL	5.906.364.187,91	6.248.948.470,61		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	5.315.727.769,12	5.624.053.623,55		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.410.194.306,74	1.880.641.490,06		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.124.075.659,48	1.594.522.842,80		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26		
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.410.194.306,74	1.880.641.490,06		
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS:

¹ O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de US\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 25 de maio de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	-	-

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	28.415.531.230,03	-
(+) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	11.220.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.404.311.230,03	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	-	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.544.689.796,80	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	4.090.220.817,12	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.988.301.786,10	7,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.988.301.786,10	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 25 de maio de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	28.415.531.230,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.404.311.230,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	28.380.238.153,03

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.376.111.013,26	43,61
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	13.906.316.694,98	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	13.211.000.860,23	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.515.685.025,48	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	16.833.449.917,26	59,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	56.808.622.460,06	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.088.592.262,59	3,83
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.248.948.470,61	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.544.689.796,80	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.988.301.786,10	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do RGF - 1º Quadrimestre 2021 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 25 de maio de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO